

**Declaração Conjunta sobre a reforma da PAC**  
**Bruxelas, 12 Dezembro de 2010**

Os representantes da Bulgária, Chipre, República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Roménia, República Eslovaca e Suécia acordaram o seguinte:

A próxima reforma da PAC terá de ser uma reforma efectiva, que torne a PAC mais simples, mais justa, mais orientada para o mercado, mais sustentável e defensável, com base nos seguintes pontos:

- Adequação da PAC às tarefas e aos objectivos ambiciosos indicados no debate público e na Comunicação da Comissão.
- Abandono dos critérios históricos e estabelecimento de novos critérios objectivos e justos para a distribuição do apoio através de envelopes nacionais no âmbito da PAC.
- Manutenção do modelo de dois pilares: a PAC deve ser não só uma política comum, mas também a política agrícola exclusiva da UE, sem possibilidade de apoio adicional no 1º pilar por parte dos orçamentos nacionais, e prevendo co-financiamento e auxílios de estado apenas até um envelope limitado e para fins específicos e bem definidos.
- Reforço do segundo pilar da PAC.
- Revisão significativa do conteúdo e simplificação do regime de condicionalidade, embora mantendo o nível de protecção ambiental.
- Modernização dos instrumentos de gestão do mercado (por exemplo, intervenção), enquanto componente da “rede de segurança”, adaptando-os às novas circunstâncias, incluindo a evolução do mercado.
- Garantia de um controlo consistente dos produtos agrícolas que entram no mercado da UE e ênfase na qualidade dos géneros alimentícios importados e nas normas de produção dos países terceiros.
- Apoio a soluções inovadoras de financiamento de prevenção e gestão de catástrofes e de epidemias em animais e plantas; análise conjunta de iniciativas da UE relacionadas com estas soluções e apresentação de propostas conjuntas sobre essas iniciativas.